

***MOVIMENTO ECOLÓGICO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E
DISCURSO DO PARTIDO VERDE***

Matheus de Leles*
Nildo Viana**

O presente trabalho aborda o discurso do Partido Verde em seu momento de nascimento. O objetivo geral dessa pesquisa é apresentar uma análise do discurso do movimento ecológico brasileiro, mais especificamente no seu setor que gerou o PV (Partido Verde), observando a sua mutação com o seu processo de institucionalização. Nosso tema está inserido na discussão acerca das representações cotidianas e discursos dos movimentos sociais e suas ramificações.

* Graduado em Ciências Sociais pela UFG – Universidade Federal de Goiás.

** Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG – Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia pela UnB – Universidade de Brasília.

A história do movimento ecológico brasileiro se caracterizou por diversas mutações, seja por acompanhar a dinâmica internacional do ecologismo, seja por sua relação com o desenvolvimento da sociedade brasileira. Esse é o caso da década de 1980, quando o Greenpeace¹ e o WWF² tiveram grande impacto mundial nos meios ecológicos. Entretanto, o discurso e ações destas e de outras organizações mobilizadoras voltadas para questão ambiental passaram de um caráter contestatório para ações mais brandas e discursos mais moderados, tal como, por exemplo, os discursos políticos de controle dos créditos de carbono e defesa de uma legislação voltada para a efetivação de propostas fundamentadas na ideologia da sustentabilidade. O movimento ecológico brasileiro acompanhou essa tendência.

A fundação do PV coincide com o início desse processo de moderação discursiva e prática. Assim, torna-se importante, nos estudos dos movimentos sociais e do

¹ Organização norte-americana que surgiu nos anos 1970.

² World Wildlife Fund (Fundo Mundial para a Natureza) é uma organização norte-americana criada em 1970.

movimento ecológico em particular, descobrir quais as determinações que geraram modificações no discurso dos setores que geraram o PV, que surge de ramificações do movimento ecológico brasileiro e sua fundação promove uma moderação prática e discursiva ainda mais profunda. A análise do Manifesto do PV, bem como de seu programa, assume importância fundamental nesse processo analítico. A mudança é decorrente de processos sociais mais amplos e da posição específica dos indivíduos, grupos e classes no conjunto da sociedade e dos ativistas do movimento ecológico brasileiro. Buscaremos descobrir as determinações de mudança no discurso do movimento ecológico brasileiro, em seu derivado que é o Partido Verde, tentando, assim, o que nos leva a analisar o processo de institucionalização e seu impacto no discurso desse partido, o que vai, por sua vez, influenciar o movimento ecológico em geral.

O processo analítico foi efetivado a partir da análise do discurso. Alguns autores que abordam o processo discursivo tornaram possível realizar a análise do programa e manifesto do PV e observar suas mutações. A análise do

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[86]

discurso tem diversas tendências e subdivisões, embora existam pontos em comum em todas elas. Assim, partiremos das contribuições de distintas tendências da análise do discurso, mas o eixo central será a análise dialética do discurso (VIANA, 2009).

A análise do discurso permite analisar detalhadamente o discurso, observar os significados, os processos ideológicos e culturais que porventura estejam presentes no mesmo, os valores, o vínculo com a sociedade e contextos sociais, entre diversos outros aspectos. A análise do discurso se concretiza sob várias formas e nossa opção foi partir de uma percepção geral desse processo analítico através da concepção dialética, cuja fonte de inspiração é o método dialético, desenvolvido por Karl Marx (1983) e outros pensadores (KORSCH, 1977; LUKÁCS, 1989; VIANA, 2007). A partir do método dialético é possível enfatizar algo que já está presente nos autores que trabalham com análise do discurso, que são as suas “condições de produção” (BRANDÃO, 1997), levando esta percepção até suas últimas consequências, o que significa perceber que o discurso é constituído

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[87]

socialmente, e, por conseguinte, que a sua compreensão remente ao contexto social, cultural e discursivo (VIANA, 2009).

Discurso e Movimentos Sociais

O movimento ecológico é um movimento social. Essa afirmação pouco acrescenta para a discussão que nos propomos, mas traz um elemento fundamental, que é a necessidade entender o que é um movimento social para compreender o movimento ecológico. A discussão sobre os movimentos sociais é ampla e conta com uma vasta bibliografia (ALONSO, 2009; GOHN, 2008; ROSA, 2016, SCHERER-WARREN, 1989). Contudo, ainda paira sobre esse tema diversas dúvidas e questões, que alguns autores buscam esclarecer, de forma mais ou menos satisfatória. Um dos principais problemas relativos aos movimentos sociais é o seu conceito.

Existe uma variedade enorme de definições de movimentos sociais (ALONSO, 2009; GOHN, 2008; VIANA, 2016). O conceito mais adequado de movimentos sociais, em nossa perspectiva, é o que lhe define como um movimento de grupos sociais gerado por determinada

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[88]

situação social geradora de insatisfação social e que produz mobilização, senso de pertencimento e objetivos (VIANA, 2016). A noção de grupos sociais colabora nesse processo de entendimento dos movimentos sociais, pois se distingue de outros movimentos dentro da sociedade por sua base social (de classe, artísticos, etc.) e ajuda a entender que o movimento social não é a totalidade de um grupo social. O movimento feminino, por exemplo, não é a totalidade do grupo social das mulheres, mas apenas aquelas que são ativistas e lutam por determinadas reivindicações.

Outro elemento interessante nessa definição é que ela permite separar movimento social de suas ramificações. Ou seja, o movimento negro é o conjunto das organizações, ideias e ações dos ativistas desse movimento. Ele é essa totalidade. Grupos e organizações específicas, bem como ideias, doutrinas, ideologias, são suas ramificações, ou seja, parte deles. Isso vale também para o movimento estudantil e vários outros. Assim, a UNE – União Nacional dos Estudantes – não é um movimento social, não é o movimento estudantil e sim parte dele, sendo sua ramificação. Da mesma forma, as organizações de

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[89]

estudantes que lutam por moradia estudantil, centros acadêmicos, diretórios centrais de estudantes, grupos que reivindicam passe livre, entre outros, são outras ramificações do movimento estudantil.

Os movimentos sociais tendem a gerar organizações mobilizadoras, ou seja, voltada para a efetivação das lutas e mobilizações que fornecem sua razão de existir. Essas organizações são, geralmente, variadas, e possuindo diversas tendências (orientações políticas) e concepções (ideologias, doutrinas, etc.). Além da variedade e divisão das organizações mobilizadoras, algumas delas se tornam organizações burocráticas e, a partir de um certo grau de mercantilização, abandonam o vínculo com um movimento social, mesmo que o mantenha no seu discurso e como objetivo secundário.

Os movimentos sociais geram representações cotidianas, doutrinas, ideologias, concepções variadas. Os movimentos sociais não são homogêneos e são divididos em diversas tendências no seu interior (VIANA, 2016). O mesmo ocorre com o movimento ecológico. O movimento

ecológico é dividido em diversas ramificações que expressam distintas tendências, organizações, concepções.

O movimento ecológico é, portanto, algo mais amplo do que as suas ramificações, tanto nacionais quanto internacionais, tanto organizações quanto concepções. O movimento ecológico é um movimento que emerge através da situação social de degradação ambiental (e processos derivados) que gera uma insatisfação social em um setor da população e que faz emergir um conjunto de ativistas que realizam ações coletivas ou compartilhadas, ou seja, mobilizações, criando um senso de pertencimento e determinados objetivos (que é minimizar ou abolir o problema ambiental). O senso de pertencimento é em relação a um grupo social caracterizado pelo vínculo cultural (VIANA, 2016) reunido pela causa ecológica. A mobilização é a ação coletiva ou compartilhada de diversos indivíduos, organizações, que geram ideias, representações cotidianas, ideologias, valores, que se manifestam sob várias formas (passeatas, manifestações, produção cultural, protestos, organizações, etc.). Os objetivos se voltam para a preocupação ambiental e proteção da natureza e assumem

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[91]

várias formas, desde as reivindicações mais moderadas como a diminuição da poluição, criação de reservas florestais, coleta seletiva de lixo, até as mais estruturadas, como, por exemplo, o projeto conservacionista ou o projeto social ecologista (PÁDUA; LAGO, 2015).

O Partido Verde, assim como o Greenpeace e várias outras organizações (desde as gigantescas e transnacionais até as minúsculas, tal como algumas em certos bairros e pequenas cidades) é considerado por muitos como uma organização do movimento verde. Se assim fosse, seria, na conceituação adotada, uma ramificação desse movimento. Porém, existem certos elementos que fazem com que uma ramificação abandone o vínculo com o movimento social do qual ele surge, deixando de ser parte dele.

Todo movimento social gera discursos e isso, obviamente, ocorre também com o movimento ecológico. O discurso é um fragmento de uma concepção, explicitado-a numa fala (palestra, conferência, conversa), num texto (artigo, panfleto, livro, etc.), o que significa dizer que não é sua totalidade (VIANA, 2009). O discurso é “pronunciado

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[92]

ou escrito” (FOUCAULT, 1996, p. 8). Ele é produzido socialmente e por isso é preciso entender o contexto no qual ele é produzido, quem o produz, etc. Assim, há um processo de produção do discurso (BRANDÃO, 1997; VIANA, 2009). O discurso é, portanto, resultado de múltiplas determinações, tal como é todo fenômeno real, concreto (MARX, 1983).

Do Movimento Ecológico ao Partido Verde

O Partido Verde surgiu no Brasil em 1986. A origem do partido remete à sua relação com o movimento ecológico brasileiro e internacional. O movimento ecológico emerge no final dos anos 1960 e se fortalece no ano de 1970. Ele acaba criando diversas ramificações e se espalhando por diversos países. Nos Estados Unidos e Europa ele vai paulatinamente se fortalecendo até os anos 1980. Esse processo gerou, com o passar do tempo, a institucionalização de parte desse movimento social. O primeiro Partido Verde surgiu na Tasmânia, Austrália. Um grupo denominado United Tasmanian Group surgiu em 1972 e foi o embrião do PV australiano. Após esse

acontecimento, surgiram partidos verdes em diversos países, tal como na Nova Zelândia e alguns países da Europa, como no caso da Alemanha. Hoje são cerca de 120 partidos verdes no mundo.

Isso não significou o fim da diversidade no interior do movimento ecológico e nem que ele, como um todo, se institucionalizou. Continua existindo uma diversidade de grupos (desde os pequenos grupos existentes em bairros das grandes cidades, aos já mais estruturados), organizações, indivíduos apoiadores, ideias (doutrinas, ideologias, etc.). No entanto, um setor importante que nasceu como ramificação do movimento ecológico acabou se transformando em Partido Verde e esse, uma vez criado, aglutinou outros setores do movimento ecológico e pessoas que entraram diretamente nos partidos verdes ao invés de passar por outras organizações.

No continente europeu, os chamados “Verdes” surgiram nos anos 1970 e se consolidaram como partidos políticos nos anos 1980. Hoje é a quarta maior bancada no Parlamento Europeu. No Brasil, o movimento ecológico começou a surgir timidamente nos anos 1970.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[94]

Em junho de 1971, um grupo de combativos pioneiros, encabeçado pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger, funda em Porto Alegre a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), a primeira associação ecologista a surgir no Brasil e na América Latina. Existiram previamente algumas personalidades que lutavam quase sozinhas pela proteção da natureza, entre as quais destaca-se o naturalista Henrique Roessler, de São Leopoldo, que teve grande atuação em todo Rio Grande do Sul nas décadas de 50 e 60. Alguns destes ativistas naturalistas e pessoas endinheiradas de orientação filantrópica reuniram-se, em 1958, na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, com sede no Rio de Janeiro. Esta Fundação (vinculada à União Internacional para a Conservação da Natureza fundada em Suíça, em 1947) faz parte da pré-história do ecologismo brasileiro, já que seus objetivos e modo de atuação foram estritamente conservacionistas, na linha das sociedades protetoras de animais surgidas em vários países no século XIX. Os pontos principais do programa fundacional da AGAPAN eram os seguintes: defesa da fauna e da vegetação; combate ao uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo e à

poluição causada pelas indústrias e veículos; combate ao uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas; combate à poluição dos cursos d'água pelos resíduos industriais e domiciliares não-tratados; combate às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas; luta pela salvação da humanidade da destruição, promovendo a ecologia como ciência da sobrevivência e difundindo uma nova moral ecológica (VIOLA, 2018).

Em 1974, emergem associações ecológicas em algumas cidades da região sul e da região sudeste, tais como o “Movimento Arte e Pensamento Ecológico” em São Paulo. A crise do petróleo foi um incentivador desse processo de despertar da consciência ecológica (BOA NOVA, 1985).

A partir desse momento o movimento ecológico brasileiro passou a contar com duas tendências: os movimentos de denúncia da degradação ambiental no meio urbano e as comunidades alternativas rurais. Ambas as tendências se colocavam como apolíticas. No primeiro caso, havia a negação da política institucional,

derivada da percepção da organização da democracia partidária como marcada pela impureza, desonestidade e corrupção. No segundo caso, ocorre uma recusa com a sociedade global, vista como “como contaminadora e degradadora do esforço alternativo” (VIOLA, 2018).

Surgiram inúmeras associações, que oscilavam entre um contingente de ativistas de 10 e 20 pessoas até um mais amplo, indo de 50 a 200 pessoas, até chegar aquelas com mais de 1000 pessoas. O Movimento Arte e Pensamento Ecológico inicia a publicação da Revista Pensamento Ecológico em 1978, tendo um bom impacto na sociedade brasileira. Em 1979, com o processo de redemocratização e anistia política, o que significa o retorno de determinados militantes da esquerda, como Fernando Gabeira, há uma certa renovação do movimento ecológico brasileiro. Nesse ano há também a difusão do movimento em defesa da Amazônia. Algumas publicações são realizadas a partir de 1980 (José Lutzenberger: *Fim do futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro e Pesadelo*

atômico), bem como são desenvolvidas diversas ações e processos organizativos, reivindicativos, etc.

Uma pequena parte do movimento ecológico brasileiro resolve participar das eleições de 1982, geralmente apoiando candidatos do PT (Partido dos Trabalhadores) e do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Em 1984, várias associações ecológicas apoiaram a campanha pelas diretas já. Esse processo vai criando uma base para superação do distanciamento da política institucional por parte de setores do movimento ecológico. Posteriormente, alguns setores vão cada vez mais se aproximando da política institucional.

Durante a campanha eleitoral das prefeituras em 1985, setores do movimento ecológico conseguem estruturar espaços de debate autônomo com os candidatos dos diversos partidos em três capitais: Rio de Janeiro, Porto Alegre e Florianópolis. Em Curitiba, São Paulo e Belo Horizonte, o movimento ecológico não consegue criar essa instância de debate público com os candidatos, mas intervêm abertamente em apoio aos candidatos que mostram sensibilidade para a questão ambiental. Ao mesmo

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[98]

tempo, aumentou o número de pessoas ativistas, preocupadas com a questão ambiental e sua veiculação nos meios oligopolistas de comunicação.

Em 1986, inicia-se um novo momento para o movimento ecológico brasileiro. Novos grupos emergem, bem como novas reivindicações. Ao lado dos processos acima colocados, emerge também a ideia de formação de um partido voltado para a questão ecológica. Esse novo partido, em sua formação, reúne ecologistas, mas também pessoas sem grandes vínculos com o movimento ecológico anterior. O Partido Verde é criado em 1986, no Rio de Janeiro, através da reunião de escritores, jornalistas, ecologistas, artistas, ex-exilados políticos: Alfredo Sirkis, Herbert Daniel, Guido Gelli, Lucélia Santos, Fernando Gabeira, Litz Vieira, Carlos Minc, entre outros. Nesse contexto, algumas concepções e ideologias se tornam predominantes: ecologistas fundamentalistas, ecologistas realistas, ecocapitalistas e ecossocialistas. Essas tendências se espalham pelos partidos políticos, organizações, etc. No caso do Partido Verde, a coisa não é diferente. Segundo Viola

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[99]

O Partido Verde do Rio de Janeiro tem o perfil de uma coligação entre ecologistas realistas e ecossocialistas, com predomínio dos primeiros e com inclusão muito secundária de ecologistas fundamentalistas e ecocapitalistas. O PV de Santa Catarina tende a ter o perfil de uma coligação entre ecologistas realistas e ecocapitalistas, com predomínio dos primeiros e participação marginal de ecologistas fundamentalistas e ecossocialistas (estes últimos agrupados até hoje no PT).

Esse breve histórico nos ajuda a compreender a mutação discursiva que ocorre em alguns setores do movimento ecológico no Brasil, especialmente os que deram origem ao processo de constituição do Partido Verde. O PV nasceu a partir da inclusão de diversos ativistas do movimento ecológico e que possuíam distintas orientações políticas e formas de conceber o problema ambiental. Nesse contexto histórico, algumas ramificações do movimento ecológico que reuniram no processo de formação do PV optaram pela institucionalização, que foi

negada por outros anteriormente e por tendências que continuaram afastadas do novo partido³.

O Discurso do Partido Verde

A partir de agora trataremos do discurso do Partido Verde em dois documentos fundamentais, o seu *Manifesto* e seu *Programa*, e, de forma complementar, lançaremos mão da análise do seu estatuto. Esses dois documentos são importantes para entender o processo de institucionalização e mutação discursiva de setores do movimento ecológico

³ Eis uma outra posição no interior do movimento ecológico: “os partidos políticos têm e terão, por muito tempo, difícil convivência com o ecologismo. Trata-se de que aqueles são donos, ou se consideram tais, de determinadas faixas da opinião pública. Quando o movimento ecológico levanta suas reivindicações, quaisquer que sejam elas – defesa de áreas naturais, do litoral marinho, margens de rios, fauna, flora; contra poluições industriais, poluições domésticas, lixos, em favor da agricultura ecológica, etc. –, estará contrariando interesses tanto de burocratas estatais, de ricos, ou de pobres. Quem conciliará o confronto? Ninguém! Nós é que devemos mostrar toda a força que possamos adquirir, usar as leis ambientais que o poder foi obrigado a criar em virtude de muitas injunções. Deveremos concentrar toda a atenção em ações práticas, contínuas, inclusive fazer propaganda, protestos, fiscalizações e discussões em qualquer fórum, em qualquer alçada. Os partidos devem ser vistos sempre com desconfiança. O Partido Verde, e qualquer ala verde de outros partidos, têm direito de existir e agir. Esse e as alas são mais outros fóruns de debates, mas em nenhum momento o Partido Verde pode procurar nos diminuir ou se aposar do movimento” (CARNEIRO, 2003, p. 56).

que se transformaram em partido político. Para compreender a mutação discursiva do PV em relação ao movimento ecológico, é necessário analisar alguns elementos básicos, tais como sua autodefinição, os seus objetivos e sua forma de atuação, pois são nestes aspectos que poderemos perceber a continuidade e descontinuidade com o discurso do movimento ecológico.

Em seu *Manifesto*, o PV lança algumas de suas ideias principais e expressa seus objetivos. A contradição entre movimento social e partidos políticos é antiga, bem como a resistência dos movimentos sociais aos partidos. Há dois trechos que podem esclarecer sua autodefinição:

O Partido Verde se define como um movimento de cidadãos e não de políticos profissionais ou homens de aparelho. Considera que o povo brasileiro está descontente com a chamada “classe política” e almeja um tipo de representação e ação mais eficiente, desinteressada e moderna. O povo brasileiro está cansado de uma elite fisiológica que vê na política não uma forma de representação das aspirações dos cidadãos, mas uma carreira profissional, um caminho de enriquecimento e poder individual

(MANIFESTO DO PARTIDO VERDE, 1986, p. 65).

Aqui aparece a autodefinição: “um movimento de cidadãos e não de políticos profissionais ou homens de aparelho”. Essa frase sintetiza a resposta do PV para a resistência do movimento ecológico aos partidos políticos. Ele assume que é um partido político, mas um partido diferente. A diferença é apresentada na primeira frase, ao contrapor “cidadãos” e “políticos profissionais”. A compreensão da frase requer o entendimento do significado e gênese dos termos utilizados (VIANA, 2009). O termo “políticos profissionais” foi gestado por Max Weber (1971) e significa que são aqueles que “vivem da política” (institucional), ou seja, recebem sua renda via atuação política (no executivo ou legislativo) e se distinguem daqueles que “vivem para a política”. No Brasil, o termo “político profissional” foi popularizado pelo sociólogo, especialista e tradutor de Max Weber, Maurício Tragtenberg (1989), que reforçou seu caráter pejorativo ao uni-lo com sua crítica dos partidos políticos a partir de um projeto autogestionário (TRAGTENBERG, 1989). As

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[103]

demais frases completam essa autodefinição através da justificativa de que o “povo brasileiro” (termo abstratificado e cujo significado remete para uma totalidade generalizada e indefinida, abolindo as diferenças existentes) está descontente com a “classe política” (ou seja, com os políticos profissionais) e da “elite fisiológica” que faz da política uma carreira profissional.

Essa autodefinição busca atingir tanto o movimento ecológico quanto a população em geral. E faz isso se colocando como um “partido diferente”, de cidadãos e não de políticos profissionais. Assim, o ar de novidade e de diferenciação aparece e justifica a existência do novo partido, tranquilizando tanto ecologistas que desconfiam dos partidos quanto a maioria da população. A estratégia é a autoafirmação de diferença. Esse discurso não é novo e já foi utilizado por Lênin (1975) e por Mussolini (GENTILE, 1988) através do termo-chave “partido político de novo tipo”.

Um elemento novo em relação ao movimento ecológico aparece: a referência a “cidadãos” e “povo brasileiro” explicita a necessidade de um discurso

policlassista e generalista, típico dos partidos políticos, pois isso é uma exigência para quem quer ser competitivo na disputa eleitoral (VIANA, 2014). Aqui o discurso especificamente ecológico cede terreno para o discurso generalista, assim como, nos partidos social-democratas, o discurso especificamente operário perde terreno, paulatinamente, com o crescimento partidário, para o discurso generalista (VIANA, 2014).

Mas voltemos a argumentação de que se trata de um partido diferente, de “novo tipo”. Essa diferenciação em relação aos outros partidos políticos reaparece em seu Programa sob outra forma:

O PV é um instrumento da ecologia política. Sua existência não é um fim em si mesmo e só faz sentido na medida em que sirva para fazer avançar suas ideias e programa na sociedade transformando concretamente a realidade. O PV faz parte de uma família política internacional, os verdes, que cresce em todo o mundo, desde o final dos anos 70. Relaciona-se com os partidos e movimentos verdes de outros países com base na autonomia, fraternidade e solidariedade. Propõe-se a desenvolver uma estratégia conjunta e uma ação coordenada em favor do

desarmamento, da desnuclearização, do ecodesenvolvimento, da solução negociada dos conflitos e do respeito às liberdades democráticas, justiça social e direitos humanos em todos os países do mundo (PROGRAMA DO PARTIDO VERDE, 2005, p. 1).

Aqui se insiste na novidade e diferenciação do PV em relação aos demais partidos. O primeiro elemento está na afirmação de que ele é um “instrumento da ecologia política”, o que é reforçado pela ideia de que ele não é “um fim em si mesmo” e que sua existência só tem sentido com o avanço das ideias e programa e transformação social. Da mesma forma, ele reforça a sua ligação com a questão ambiental ao afirmar ser filiado aos verdes (demais partidos verdes dos outros países) e apresenta alguns de seus objetivos, uns de caráter ecológico, outros generalistas.

No *Programa* do Partido, temos um espaço maior para o ecologismo. A razão disso, sem dúvida, é que o *Manifesto* é um texto mais curto e que será mais lido, enquanto que o *Programa*, mais longo, detalhista e formal, tende a ser menos lido. Em outras palavras, o *Manifesto*

atinge um público maior e mais generalizado e o *Programa* atinge um público menor e mais específico.

Um outro ponto para analisar o PV e seu discurso é a questão dos objetivos. Outro trecho do *Manifesto* reforça essa ideia de “novidade” ao tratar dos seus objetivos:

O Partido Verde pretende ser um canal de expressão das novas ideias que surgiram nos últimos anos na sociedade brasileira. Ele pretende contribuir para a afirmação de um grande movimento ecológico, pacifista e alternativo capaz de influenciar os destinos da nação brasileira nesse limiar do século XXI [...] (MANIFESTO DO PARTIDO VERDE, 1986, p. 65).

Aqui a novidade já não é o partido em si e sim suas ideias e seus objetivos, pois ele pretende se um “canal de expressão das novas ideias” que emergiram na sociedade brasileira e, como destaque, vem a segunda parte do parágrafo, que é “contribuir com a afirmação de uma grande movimento ecológico”, que busca ser pacifista e “alternativo” (o que é algo novo, já que o alternativo se contrapõe ao instituído), e, ainda, “ser capaz de influenciar os destinos da nação”. Esse último elemento traz um elemento interessante, que é a ideia de grandeza (afinal,

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018. [107]

trata-se do destino da nação), o que é típico de um partido político, que busca dirigir a nação. Mas o discurso ainda vem com um termo que tenta manter o vínculo com a novidade: “capaz de influenciar”, ou seja, sua ambição é a mesma dos demais partidos políticos, representar a nação, mas não usando o termo um termo burocrático, como “dirigir” e sim um mais ameno e próximo dos movimentos sociais, “influenciar”⁴.

O Partido Verde, em seu *Manifesto*, explicita assim os seus objetivos:

⁴ 25 anos depois é possível ler no seu Estatuto: “O PARTIDO VERDE – PV, tem como objetivo alcançar o poder político institucional, de forma pacífica e democrática, em suas diversas instâncias, para aplicar e propagar o seu Programa (ESTATUTO DO PARTIDO VERDE, 2011, p. 1). Aqui a preocupação de diferenciação e novidade se perdeu, pois declara-se, abertamente, um partido cujo objetivo é a conquista do poder. Isso apenas explicita o que é comum nos partidos políticos em geral, cada vez mais se tornam adequados à disputa política institucional e abandonam as motivações originárias (VIANA, 2014). Isso pode ser visto também nas disputas internas dentro do partido, que incluiu a saída de Marina Silva e Alfredo Sirkis (fundador do PV e autor do *Manifesto* do partido) em 2011. Sirkis chegou a afirmar que o PV se tornava cada vez mais “um partido como os outros” (cf. <https://www.oeco.org.br/reportagens/25161-entrevista-alfredo-sirkis-fala-sobre-o-embate-dentro-do-pv/>). Sem dúvida, o próprio Manifesto já apontava para isto, mas essa adaptação à política institucional se tornou, com o passar do tempo, cada vez mais forte.

O Partido Verde (PV) se forma para lutar pela liberdade, paz e ecologia, pelos direitos civis, pela autonomia, autogestão e formas alternativas de vida. Surge de uma reflexão sobre questões que dizem respeito à vida de todos nós. [...] os riscos de guerra nuclear, a corrida armamentista, a devastação cada vez maior da natureza, os repetidos desastres ecológicos, a fome, o desperdício [...] (MANIFESTO DO PARTIDO VERDE, 1986, p. 65).

Aqui temos os objetivos: lutar pela ecologia, mas não somente, pois liberdade e paz aparecem, junto com “direitos civis, autonomia, autogestão e formas alternativas de vida”. Repete-se a ideia de novidade, pois “formas alternativas de vida” seguem nesse sentido e autonomia e autogestão⁵, em 1986, era discursos que poucos faziam e

⁵ É preciso contextualizar que a ideia de autonomia se tornou mais forte a partir das lutas do final dos anos 1960 e o autonomismo, enquanto corrente política, teve força em países como Itália e Portugal. No Brasil, o autonomismo também teve expressão pela influência de alguns pensadores (como Castoriadis, Mário Tronti, entre outros) e no “basismo” e ênfase na autonomia, possuindo até uma corrente autonomista moderada (pois atuando dentro de um partido, ao contrário de outras tendências autonomistas que negam os partidos políticos) no interior do PT – Partido dos Trabalhadores, que publicava a Revista Desvio e contava com integrantes como Eder Sader, Marilena Chauí e outros. A ideia de autogestão, por sua vez, tinha uma origem e sentido mais radical, sendo sua expressão mais coerente o marxismo autogestionário, que podia ser acessado através

eram tidos como novidades no âmbito das lutas sociais e ligados aos movimentos sociais e a certas tradições de luta, como o Maio de 1968 em Paris. Em outro trecho, o *Manifesto* afirma que

O Partido Verde não pretende o monopólio da causa ecológica, nem de nenhuma das outras bandeiras que defende, pois sabe que em torno de cada uma delas encontrará aliados noutros partidos e na sociedade em geral. Considera, no entanto, que a sua formação e atuação independente será uma contribuição importante nessa luta (MANIFESTO DO PARTIDO VERDE, 1986, p. 65).

A afirmação sobre o não monopólio esclarece sua posição diante do movimento ecológico e não apenas isso, mas também em relação às “outras bandeiras”, pois, de

da obra de Guillerme e Bourdet (1986) e Maurício Tragtenberg (1981), sendo que este, posteriormente, lançaria *Reflexões sobre o Socialismo*, em 1989, tratando das lutas autogestionárias, entre outros. No entanto, a radicalidade da ideia de autogestão era ofuscada pelas tentativas empresariais e sindicais de se apropriar do termo, que se transformava em mero “método de gestão” e o significado do documento do PV é mais próximo desse sentido, pois no outro é autogestão generalizada da sociedade, e que antes havia sido relacionado ao “projeto social-ecologista” (PÁDUA; LAGO, 2015), obra cuja primeira edição é do início dos anos 1980.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[110]

forma “realista”, coloca a questão da aliança com outros partidos e setores da sociedade. Os objetivos prosseguem e no *Manifesto* aparece uma longa discussão sobre dívida externa, que é estranha ao não ser relacionada pelo texto com a questão ecológica, mas que era um tema bastante debatido na época.

Um último elemento do discurso do PV ajuda a compreender seu distanciamento do movimento ecológico. Trata-se de sua forma de atuação. No *Manifesto*, de poucos parágrafos, também se coloca como componente do “bloco popular”, e que luta contra corrupção, desigualdade, pela reforma agrária, etc. numa grande quantidade de bandeiras de luta. Isso, no entanto, acaba mostrando, indiretamente, uma forma de atuação. O discurso não diz apenas o que foi dito, pois revela coisas sem afirmá-las. Essas afirmações deixam ver o amplo leque de reivindicações, muito além da questão ecológica, que, no fundo, tem destaque, mas está pulverizada no meio de inúmeras outras questões. Isso revela sua adesão à política institucional, visando aglutinar a maior quantidade de setores da sociedade, pois depende de votos. O explícito revela o implícito (VIANA, 2009).

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[111]

No Programa do PV se observa uma explicitação de sua forma de atuação:

O PV luta pelo fortalecimento do movimento ecologista e pela realização das suas propostas. Funciona como um canal de ação política, no campo institucional, para servir o ambientalismo, sem pretensões hegemônicas ou instrumentalizantes. O PV participa, através dos seus militantes, dos movimentos sociais, culturais e das organizações não governamentais. O PV deve organizar-se junto às comunidades locais, obter o poder através dos diversos níveis do legislativo e executivo, para a execução do programa verde no plano local, regional e nacional (PROGRAMA DO PARTIDO VERDE, 2005, p. 1).

Aqui se revela dois lugares de atuação: o campo institucional e participação nas lutas sociais. O campo institucional aparece como um espaço de atuação, ao lado de outro, o não-institucional. No entanto, o privilégio ao campo institucional fica mais claro ao notarmos algo que ficou implícito: o partido participa dos movimentos sociais e outras ações fora do institucional, mas “através dos seus militantes”, ou seja, por intermédio da ação individual dos

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[112]

seus integrantes, o que significa que é uma ação partidária sobre a população. A primazia do campo institucional fica mais clara num outro trecho:

O PV se identifica com os princípios democráticos e pluralistas: sufrágio universal, pluripartidarismo, voto facultativo, separação de poderes públicos e subordinação das Forças Armadas ao poder civil, livremente eleito pelo povo. Reconhece na democracia o instrumento de superação de divergências e defende o aprofundamento de uma cultura democrática que estimule o convívio pacífico, harmonioso, solidário e cooperativo entre os cidadãos (PROGRAMA DO PARTIDO VERDE, 2005, p. 1).

Aqui se revela as ações no campo institucional da democracia representativa como o seu principal *locus* de atuação. A primazia é da democracia representativa e seus mecanismos (eleições, voto, pluralismo, separação dos poderes, etc.). Isso está explicitado em seus princípios e é o foco e defesa fundamental do jogo e suas regras.

E é possível identificar uma mutação entre o *Manifesto* e o *Programa* do Partido. No *Manifesto* aponta para uma ação política voltada para a “autonomia e Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018. [113]

autogestão”. No *Programa*, há uma alteração no sentido de que outro caminho passa a ser indicado, o que foi denominado, no *Manifesto*, como “velha política”. Assim, no *Programa* se afirma que o “PV defende no campo institucional”: “a modernização, informatização, desburocratização e democratização, visando à formação de um corpo de administração eficiente, impessoal e democrático” (PROGRAMA DO PARTIDO VERDE, 2005, p. 2). Mas, mais do que está dito, o que se nota é o que não aparece mais: *autonomia e autogestão*, termos ausentes no *Programa do Partido*.

Em suma, podemos ver no *Manifesto* e no *Programa* do Partido Verde uma mutação dentro de outra mutação. No *Manifesto*, ainda há elementos mais próximos ao movimento ecológico e da dinâmica de mobilização dos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, tal como se observa na crítica dos políticos profissionais e rejeição da política institucional e tradicional. No *Programa*, nove anos depois, ocorre uma ênfase muito maior na política institucional e o desaparecimento de termos e posições antes presentes no *Manifesto*.

Assim, a mutação discursiva do movimento ecológico representada pelo PV tem como determinação o processo de institucionalização, que traz novas questões, novas necessidades e novos interesses. Isso remete para a discussão sobre o partido político e a sua necessidade de burocratização interna para ganhar competitividade, mutação discursiva para ganhar votos e eleições, geração de nova “camada social” ou nova “fração de classe da burocracia” (dependendo do autor) interna com interesses próprios (MICHELS, 1981; VIANA, 2014; DUVERGER, 1982). A emergência do Partido Verde significa a transformação do discurso não apenas dos seus integrantes, mas também uma influência nos ativistas de outras organizações e agrupamentos, bem como indivíduos, ligados ao movimento ecológico.

Considerações finais

Abordamos o discurso do Partido Verde a partir de alguns de seus documentos, especialmente o seu *Manifesto*, de 1986, e seu *Programa*, de 2005. O nosso objetivo foi analisar tal discurso para notar se houve alguma mutação

com o processo de institucionalização de um setor do movimento ecológico que se tornou partido político.

A nossa conclusão foi a de que a mudança discursiva do PV é decorrente do processo de institucionalização do setor do movimento ecológico que deu origem ao Partido Verde. A adoção da forma organizacional de um partido político traz exigências legais, necessidades eleitorais, processos de competição partidária e eleitoral, que fatalmente geraria efeitos e esses se fizeram sentir, de forma cada vez mais intensa com o passar do tempo.

A análise do discurso apontou para mostrar a mutação discursiva. A autodefinição, os objetivos e a forma de atuação foram os elementos fundamentais para perceber o distanciamento do partido em relação ao movimento ecológico. As determinações da mutação discursiva a partir do setor aglutinado dentro do PV remete a processos sociais mais amplos, como, por exemplo, a formação de partidos verdes em outros países e a emergência de novas tendências dentro do movimento ecológico.

Se recordamos que um movimento social possui muitas divisões internas e uma quantidade enorme de ramificações, então não será difícil perceber que alguns setores do movimento ecológico brasileiro foi o embrião do Partido Verde no Brasil. O Partido Verde nasceu de uma corrente que já estava se espalhando pelo mundo todo e encontrou no Brasil um grupo de intelectuais e jornalistas que disseminaram essa concepção na sociedade brasileira. O resultado desse processo foi a criação de uma situação que desembocou na efetivação da proposta de formar um partido que se dedicasse à questão ecológica, o que gerou sua institucionalização e, por conseguinte, sua mutação discursiva.

Referências

ALONSO, Ângela. As Teorias dos Movimentos Sociais: Um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, num. 76, 2009.

BOA NOVA, Antônio Carlos. *Energia e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1985.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[117]

BRANDÃO, Helena N. *Introdução à Análise do Discurso*. 6ª edição, Campinas: Unicamp, 1997.

CARNEIRO, Augusto. *História do Ambientalismo*. Porto Alegre: Sagra, 2003.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1982.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GENTILE, Emilio. Itália Fascista: Do Partido Armado ao Estado Totalitário. In: GENTILE, Emilio; FELICE, Renzo de. *Itália de Mussolini e a Origem do Fascismo*. São Paulo: Ícone, 1988.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. 3ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

LENINE, W. *Partido Proletário de Novo Tipo*. Lisboa: Avante, 1975.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[118]

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

MANIFESTO DO PARTIDO VERDE. São Paulo, Lua Nova, v. 3, n. 4, p. 65-66, Jun. 1986.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1982.

PÁDUA, J. A.; LAGO, A. *O que é ecologia?* São Paulo: Brasiliense, 2015.

PAGÈS, Max e outros. *Um Método Dialético de Análise de Conteúdo*. In: PAGÈS, Max e outros. *O Poder das Organizações*. São Paulo: Atlas, 1987.

PROGRAMA DO PARTIDO VERDE. Convenção Nacional. Brasília, 2005. Disponível em: In: <http://pv.org.br/opartido/programa/> acessado em: 10 de abril de 2017.

ROSA, Francisco J. U. de la. *Teorías Sociológicas de los Movimientos Sociales*. Madrid: Catarata, 2016.

SCHERER-WARREN, I. *Movimentos Sociais*. Ensaio de Interpretação Sociológica. 3a ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[119]

TRAGTENBERG, Maurício (org.). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões sobre o Socialismo*. São Paulo: Moderna, 1989.

VIANA, Nildo. *A Consciência da História*. Ensaio sobre o Materialismo Histórico-Dialético. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

VIANA, Nildo. *Linguagem, Discurso e Poder*. Pará de Minas, Virtualbooks, 2009.

VIANA, Nildo. *O que São Partidos Políticos?* Brasília: Kíron, 2014.

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

VIOLA, E. *O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): Do Ambientalismo à Ecológica*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.1 n.3 São Paulo fev. 1987.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WEBER, Max. *Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada. Crítica Política do Funcionalismo e da Natureza dos Partidos*. Petrópolis: Vozes, 1993.

Movimentos Sociais. Vol. 03, num. 05, jul./dez. 2018.
[120]

RESUMO: O presente artigo apresenta uma discussão sobre a institucionalização do movimento ecológico através do Partido Verde. Nesse sentido, realizamos uma discussão sobre movimentos sociais, movimento ecológico, discurso e outros conceitos fundamentais para nossa pesquisa. Após isto, apresentamos um breve histórico da formação do Partido Verde e, por fim, analisamos o seu discurso. O nosso problema de pesquisa remeteu à análise da mutação discursiva do setor do movimento ecológico envolvido com o Partido Verde e desvendar o seu processo e nossa hipótese apontou para o processo de institucionalização para explicar tal acontecimento. A metodologia utilizada na pesquisa foi, além da investigação bibliográfica, a análise do discurso, especialmente os documentos do Partido Verde. O resultado final a que chegamos foi a de que a institucionalização de um setor do movimento ecológico expresso na aglutinação em torno do Partido Verde foi o gerador de modificações e moderação no mesmo, bem como a inclusão de outras pautas, não ecológicas.

Palavras chave: Movimento Ecológico, Partido Verde, Discurso, Institucionalização.

ABSTRACT: This paper presents a discussion about the institutionalization of the ecological movement through the Green Party. In this sense, we have a discussion about social movements, ecological movement, discourse and other fundamental concepts for our research. Following this, we present a brief history of the formation of the Green Party and, finally, analyze its speech. Our research problem referred to the discursive mutation analysis of the sector of the ecological movement involved with the Green Party and unveiling its process and our hypothesis pointed to the institutionalization process to explain such an event. The methodology used in the research was, besides the bibliographical investigation, the discourse analysis, especially the Green Party documents. The final result was that the institutionalization of a sector of the ecological movement expressed in the agglutination around the Green Party was the generator of modifications and moderation in it, as well as the inclusion of other non-ecological agendas.

Keywords: Ecological Movement, Green Party, Speech, Institutionalization.